

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

LUANA SILVA DO NASCIMENTO

**A IMPORTÂNCIA DA CANA-DE-AÇÚCAR NA ECONOMIA
DO MUNICÍPIO DE PALMARES-PE E A SITUAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO CORTE DE CANA EM
PERNAMBUCO**

CARUARU – 2017

LUANA SILVA DO NASCIMENTO

**A IMPORTÂNCIA DA CANA-DE-AÇÚCAR NA ECONOMIA DO
MUNICÍPIO DE PALMARES-PE E A SITUAÇÃO DOS
TRABALHADORES DO CORTE DE CANA EM PERNAMBUCO**

Monografia da aluna **Luana Silva do Nascimento**, apresentada ao Departamento de Economia do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Economista.

Orientadora: Profa. Msc. Ana Paula Sobreira Bezerra

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Paula Silva CRB/4 - 1223

N244i Nascimento, Luana Silva do.
A importância da cana-de-açúcar na economia do município de Palmares - PE e a situação dos trabalhadores do corte de cana em Pernambuco. / Luana Silva do Nascimento. – 2017.
40f.;il.: 30 cm.

Orientadora: Ana Paula Sobreira Bezerra.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2017.
Inclui Referências.

1. Cana-de-açúcar – Palmares (PE). 2. Economia agrícola – Palmares (PE). 3. Trabalhadores rurais volantes – Palmares (PE). 4. Qualidade de vida – Palmares (PE). I. Bezerra, Ana Paula Sobreira (Orientadora). II. Título.

330 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2017-260)

LUANA SILVA DO NASCIMENTO

LUANA SILVA DO NASCIMENTO

A IMPORTÂNCIA DA CANA-DE-AÇÚCAR NA ECONOMIA DO MUNICÍPIO DE PALMARES- PE E A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES DO CORTE DE CANA EM PERNAMBUCO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao
Curso de Economia do Centro Acadêmico do
Agreste da Universidade Federal de Pernambuco
para a obtenção do grau/título de bacharel em
Economia.

Aprovado em: 13/12/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. M.Sc. Ana Paula Sobreira Bezerra (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. M.Sc. Klebson Humberto de Lucena Moura (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr.Márcio Miceli Maciel de Sousa (Examinador Externo)

Universidade Federal de Pernambuco

A mulher mais guerreira que conheço, Rosa, minha mãe. Minha fonte de inspiração,
meu exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida e pela vida de todos que amo. Por toda saúde, proteção e bênçãos que ele me proporcionou.

Aos meus pais, por toda dedicação, educação e por todo cuidado.

Ao meu amor, Alan, por toda paciência, apoio e entrega, te amo muito.

Agradeço também a toda minha família e amigos que acreditaram e torceram por essa minha conquista.

A minha orientadora, Ana Paula, pela colaboração e empenho.

E por fim, agradeço a minhas amigas que fiz ao longo da graduação, Danyele e Michele, por todas as ajudas e parcerias.

RESUMO

Este trabalho tem, como objetivo geral, analisar a situação do trabalhador rural do corte de cana-de-açúcar, entre os anos de 2004 e 2014, no estado de Pernambuco e no município de Palmares-PE. Para realização das pesquisas foram utilizadas bases estatísticas, artigos publicados e algumas reportagens. Esse trabalho apresenta como decorreu a colonização do Brasil, o surgimento de Pernambuco, como a cidade de Palmares-PE foi ocupada e oficialmente declarada como município e a influência da cana-de-açúcar nesses acontecimentos. Em seguida, destaca-se a importância da cana-de-açúcar e da mão-de-obra desse setor para a economia da cidade. Também se verifica a qualidade de vida dos trabalhadores da colheita da cana, seus direitos na sociedade e suas ocupações no período de entressafra. Por fim, estudam-se as políticas de inclusão da mão-de-obra sazonal realizadas pelo Estado de Pernambuco, as quais, auxiliam financeiramente a mão-de-obra sazonal e através de atividades educacionais as ajudam a se recolocarem no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Cana-de-açúcar. Boias-frias. Palmares-PE.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the situation of the rural sugarcane worker between 2004 and 2014, in the state of Pernambuco and in the municipality of Palmares, state of Pernambuco. Statistical bases, published articles and some reports were used to carry out the surveys. This work presents how the colonization of Brazil occurred, the emergence of Pernambuco, as the city of Palmares-PE was occupied and officially declared as a municipality and the influence of sugarcane in these events. Next, the importance of sugarcane and the workforce of this sector for the city's economy stands out. Also the quality of life of workers of the sugarcane harvest, their direct in the society and their occupations in the off-season period, is verified. Finally, we study the seasonal labor inclusion policies carried out by the State of Pernambuco, which help the seasonal workforce financially and through educational activities help them to re-enter the labor market.

Keywords: Sugarcane. Cold stores. Palmares-PE.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação da agropecuária, da indústria e dos serviços no PIB de Palmares-PE, 2004 - 2014 (mil reais).....	21
Gráfico 2 – Grau de instrução dos trabalhadores da cultura da cana-de-açúcar de Pernambuco (2004 - 2014).....	30
Gráfico 3 – Grau de instrução dos trabalhadores da cultura da cana-de-açúcar de Palmares-PE (2004 - 2014).....	31
Gráfico 4 – Total de desligamento dos trabalhadores, por grupo ocupacional, entre 2007 e 2014 no município de Palmares-PE	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tipos de produtos e rebanhos da pecuária palmareense.....	22
Tabela 2 – Tipos de produtos da agricultura palmareense.....	23
Tabela 3 – Valor da produção de Palmares-PE (2004 - 2014).....	23
Tabela 4 – Beneficiários do Programa Chapéu de Palha em Pernambuco (2007-2014)	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FIDEPE	Fundação de Informações para o desenvolvimento de Pernambuco
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
SEAPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	ANÁLISE HISTÓRICA DE PALMARES-PE.....	14
3	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
4	ESTUDO DA ECONOMIA LOCAL.....	20
5	BOIAS-FRIAS.....	26
5.1	Programa Chapéu de Palha.....	31
6	CONCLUSÕES.....	36
	REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

Mata Úmida, como inicialmente eram chamadas as terras onde hoje é a Zona da Mata de Pernambuco, foi alvo da expansão açucareira. Essa localidade despertou interesse dos holandeses pelo fato de ser localizada entre os rios Una e Pirangi e possuir clima e solo propícios para a plantação da cana-de-açúcar. A parte sul da zona da mata onde está localizado o município de Palmares foi, desde o final do século XVI, local de habitação de escravos africanos em fuga. Ele só recebeu foros de cidade em 09 de junho de 1879, através da Lei Provincial nº 1458.

Palmares fica à 122km de Recife (capital pernambucana), atualmente, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui em torno de 62.832 habitantes. Sua economia gira em torno dos três setores do PIB (Produto Interno Bruto): agropecuária, indústria e serviços. Recentemente o setor de serviços, como na maioria dos municípios brasileiros, é o que mais possui participação no PIB do município, seguido pela indústria e agropecuária. Apesar disso, o setor agropecuário tem uma grande importância na economia de Palmares, durante anos foi o segundo setor com mais participação no PIB local.

A cidade da Mata Sul pernambucana já foi sede de duas usinas de açúcar, a Serro Azul e a Treze de Maio. Atualmente a Usina Serro Azul está inativa e abandonada, o prédio onde funcionava a Treze de Maio foi arrendado e hoje funciona a Usina do grupo Nortesusul. O grupo empresarial realizou algumas mudanças para colocar em prática o funcionamento da usina, mas continuou com a mesma estrutura das usinas anteriores, como a utilização da mão-de-obra humana para a colheita da cana-de-açúcar.

Essa mão-de-obra é conhecida como boia-fria, pois, levam suas refeições para a lavoura em marmitas, e as consomem na maioria das vezes fria. Eles também são chamados por trabalhadores safristas, pois, trabalham apenas no período da safra da cana.

O trabalho executado por eles é extremamente exaustivo, requer muita força física, na maioria das vezes o ambiente de trabalho possui más condições de funcionamento, deixando os trabalhadores propícios a várias doenças. Eles têm direito a equipamentos adequados para o trabalho e são acobertados pelas leis trabalhistas, mas os equipamentos utilizados não são suficientes para protegê-los e

as leis trabalhistas só valem no período que eles estão nos canaviais trabalhando, ou seja, no período da safra.

Em 2007, Eduardo Campos (governador do estado de Pernambuco nesse período) reativou o Programa Chapéu de Palha, criado pelo seu avô Miguel Arraes, quando o mesmo era governador do estado. Esse programa fornece para todo trabalhador rural do corte de cana um auxílio financeiro no período de entressafra da cana-de-açúcar, em troca o trabalhador deve participar de cursos profissionalizantes, educacionais ou qualquer tipo de atividade que ajude o mesmo a se recolocar no mercado de trabalho.

Este trabalho tem, como objetivo geral, analisar a situação do trabalhador rural do corte de cana-de-açúcar, entre os anos de 2004 e 2014, no estado de Pernambuco e no município de Palmares-PE. Como objetivos específicos, o de salientar a importância da cana-de-açúcar para a economia do município de Palmares-PE, verificar a qualidade de vida da mão-de-obra que trabalha na colheita da cana e estudar a capacidade de dinamização das autoridades com políticas de inclusão da mão-de-obra sazonal. O grande questionamento do trabalho é: qual a situação dos trabalhadores da cana-de-açúcar do município de Palmares-PE durante a safra e entressafra? Para isto este trabalho está dividido em mais seis seções: a seção 2 é a análise histórica de Palmares-PE; a seção 3 faz uma revisão bibliográfica; a seção 4 trata do estudo da economia local; a seção 5 faz uma análise dos boias-frias; a seção 6 é a conclusão e a seção 7 são as referências bibliográficas.

2 ANÁLISE HISTÓRICA DE PALMARES - PE

No século XVII, a Mata Úmida (assim chamada pelo fato da mesma ser situada entre os rios Una e Pirangi), como era conhecida às terras em que hoje está localizado o município de Palmares, foi alvo da expansão açucareira. Essa expansão foi comandada pelos holandeses, que tinha como objetivo restaurar e fortalecer os engenhos e plantações já existentes na região da mata sul de Pernambuco. Apesar da ocupação nessa região ter sido por volta do século XVII, a real ocupação política – administrativa só aconteceu por volta do século XIX, visto que, anteriormente houve outras invasões e tentativas de ocupação das terras. Muitos portugueses refugiaram-se no interior pernambucano, assim como alguns escravos africanos, índios que foram escravos, mulatos e até mesmo brancos fugidos da justiça, também moravam nessa região. (FIDEPE-Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco, 1981)

Ao longo desse período de invasão holandesa (1630-1654), a forma de ocupação que mais se destacou foi a denominada Quilombo dos Palmares. Desde o final do século XVI escravos africanos em fuga e em libertação se refugiavam na zona da mata sul pernambucana. Por volta de 1630, quando os holandeses chegaram a essa região, colocaram os escravos para trabalhar na expansão açucareira. Antes da invasão holandesa, a Mata Úmida abrigava escravos de várias nações africanas. (Enciclopédia dos municípios brasileiros, 1958).

A exploração trabalhista dos holandeses gerou várias confusões com os escravos, chegando até a gerar algumas rebeliões. Em uma dessas rebeliões a produção açucareira foi interrompida, isso fez com que a vigilância nos escravos fosse relaxada, proporcionando a fuga de centenas dos mesmos. Os escravos passaram a se abrigar em aldeias, as quais, unidas foram chamadas de Quilombo dos Palmares. Esse nome foi definido pelo fato de que a região onde se localizavam essas aldeias existir várias palmeiras. (Enciclopédia dos municípios brasileiros, 1958).

Depois dessa fuga, o Quilombo dos Palmares foi aumentando, e através dos seus defensores Ganga Zumba, Ganga Zona e Zumbi, foi conquistando mais força e resistência. A união dos escravos africanos fez com que, em 1654, os holandeses

fossem expulsos das terras pernambucanas. Ficando para os portugueses e aliados a missão de destruir o Quilombo dos Palmares. (FIDEPE, 1981).

O Quilombo não tinha apenas como objetivo a expulsão dos holandeses, mas também o objetivo de gerar uma economia local, uma forma de subsistência para o seu povo. Com isso, eles aos poucos foram conquistando uma enorme área de terra plantada, chegando a mesma a ultrapassar terras do estado vizinho (Alagoas). A economia do Quilombo foi crescendo a cada ano e chegaram até a fazer comércio com vilas vizinhas. (FIDEPE, 1981).

O Quilombo dos Palmares teve seu movimento encerrado no fim do século XVIII, depois de várias e intensas lutas contra os portugueses, e depois da morte de um de seus heróis, o Zumbi, o qual foi perseguido e liderou seu povo para um doloroso gesto de suicídio coletivo. Com isso, as terras da mata sul pernambucana ficaram empossadas pelos portugueses. (FIDEPE, 1981).

Depois de empossada as terras pelos portugueses, foram reiniciadas as ocupações para a produção nas terras férteis. O império doou as terras que ficavam as margens do rio Una para uma família portuguesa chamada Montes. Essa família chamou o local de engenho Trombetas, pois, anteriormente índios já haviam ocupado aquela região e viviam da caça e da pesca em aldeias, as quais eram chamadas de Trombetas. Posteriormente mudaram o nome para Povoado dos Montes, depois para Una (devido às terras serem as margens do rio) e finalmente Palmares, o qual lembrava as rebeliões dos escravos africanos. (Enciclopédia dos municípios brasileiros, 1958).

À medida que o tempo foi passando, Palmares foi se desenvolvendo. Surgiram algumas formas de comércio, mas, depois da chegada da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, em 30 de novembro de 1862, Palmares tomou um desenvolvimento fora do comum. A cidade se localizava em uma posição privilegiada e depois da passagem férrea pela cidade Palmares se tornou o centro comercial da região. (FIDEPE, 1981).

Apesar do crescimento econômico que a estrada de ferro proporcionou ao município, Palmares só recebeu foros de cidade em 09 de junho de 1879, através da Lei Provincial nº 1458. (FIDEPE, 1981).

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A exploração das terras americanas envolvia uma finalidade mercantil. Segundo Furtado, para os europeus essas terras possuíam um imenso valor comercial. Eles notaram que podiam se beneficiar das riquezas dessas terras. (Furtado, 1995).

Assim como Furtado, Caio Prado Júnior também afirmou que os europeus foram primeiramente as terras americanas com o objetivo de explorar suas riquezas para fins comerciais. O comércio continental europeu era na sua maior parte terrestre, pois, era realizada no próprio continente, a ocupação do continente americano seria uma longa expedição marítima, uma das primeiras já realizadas. (Prado Júnior, 1976).

Os portugueses eram os mais privilegiados, pois, dos países que tinham interesse nas terras americanas eles eram os mais bem localizados, ficavam próximos do continente americano. Em seguida vinham a Espanha, França, Inglaterra e Holanda. (Prado Júnior, 1976).

Pelo fato dos portugueses e espanhóis serem os mais bem localizados em relação as terras brasileiras, eles eram considerados proprietários dessas terras. Mas os outros países declararam que eles só poderiam ser proprietários das terras que ocupassem. (Furtado, 1995).

Com isso, os franceses interessados na riqueza que as terras americanas poderiam proporcionar, elaboraram uma viagem para explorar o continente americano, com o objetivo de ocupar essas terras. Os portugueses não poderiam impedir essa invasão, mas para tentar evitar que os franceses se apropriassem do território brasileiro foram capazes de oferecer propina em troca da desistência das terras por parte dos franceses. (Furtado, 1995).

Depois disso, os portugueses perceberam que se não fosse feito algo para apropriar definitivamente o território brasileiro essas terras seriam perdidas para outros países, e juntamente com elas a fortuna que aqui existia. (Furtado, 1995).

Segundo Caio Prado Júnior, em nenhum momento os países que tinham interesse nas terras americanas cogitaram em habitá-las, o comércio sempre foi a principal meta desses países. Mas, depois dos fatos acontecidos e da tentativa de

exploração dos países, principalmente dos franceses, a ocupação definitiva dessas terras passou a ser indispensável. (Prado Júnior, 1976).

Os portugueses mesmo não possuindo capital suficiente para colonizar o continente americano, foram os primeiros a iniciar uma colonização definitiva. Nenhum dos outros países que disputavam pelas terras americanas se esforçou para impedir Portugal, nem mesmo os espanhóis que entre esses países era quem detinham a maior fortuna. Mas essa renúncia da Espanha só aconteceu por causa do tratado de Tordesilhas. (Furtado, 1995).

A riqueza de Portugal não era suficiente para colonizar todo o continente americano, então resolveram ocupar uma parcela dele. A região nordeste de Pernambuco estava incluída nessa parcela, e foi um dos primeiros lugares explorados pelos portugueses. (Andrade, 2005).

Independente do tamanho da parcela conquistada, eles adquiriram muitos gastos para ocupar essas terras e para manter a defesa delas. Com isso, era preciso encontrar nesse território alguma atividade financeira que recuperasse o que foi gasto na ocupação. (Furtado, 1995).

Chegando aqui, com as terras já conquistadas, começaram as explorações do território a fim de descobrir algum produto para ser utilizado no comércio europeu e que gerasse riqueza para a Coroa portuguesa. (Furtado, 1995).

O pau-brasil foi o produto escolhido pelos portugueses, pois, além de existir vasta plantação desse produto no Brasil ele também era muito utilizado na Europa. Sua madeira era utilizada para construção e sua tintura para tingir tecidos e objetos. (Prado Júnior, 1976).

Com isso, os portugueses logo se dirigiram para a comercialização do pau-brasil. Nas terras brasileiras também foram encontrados os índios, que aqui habitavam, e foram escravizados pelos portugueses. (Andrade, 2005).

Em 1535, Duarte Coelho foi designado pela Coroa portuguesa para algumas funções na América: cuidar das terras de domínio português, utilizar os índios como mão de obra, entre outras. Para isso ele mudou-se com sua família para o continente americano, mais precisamente para Pernambuco. (Andrade, 2005).

Em Pernambuco Duarte percebeu que Portugal poderia enriquecer com a comercialização do açúcar, pois, a demanda por esse produto na Europa era grande

e as terras pernambucanas eram muito propícias para a plantação da cana-de-açúcar. (Andrade, 2005).

Apenas a comercialização do pau-brasil não seria suficiente para recuperar o que foi gasto com a colonização do Brasil e também gerar uma receita para Portugal. Então, a comercialização do açúcar seria mais uma fonte de riqueza para a Coroa portuguesa. Além do mais, os portugueses já possuíam uma experiência na produção do açúcar, eles já produziam esse produto nas Ilhas do Atlântico. (Furtado, 1995).

As técnicas conhecidas pelos portugueses, o solo e o clima do território brasileiro favoreceram a plantação da cana-de-açúcar para a fabricação do açúcar. Nesse caso os portugueses preferiram exportar mão de obra escrava da Europa ao invés de utilizar os serviços dos índios, pois, os escravos negros conheciam o método de trabalho realizado pelos portugueses. (Andrade, 2005).

A partir desse momento iniciaram os procedimentos para as instalações dos engenhos, das casas-grandes e das senzalas em Pernambuco. Foram anos de dedicação e planejamentos, aos poucos os engenhos foram criados. (Prado Júnior, 1976).

Cinco engenhos existiam nas terras brasileiras em 1540, em 1550 passou para trinta engenhos, e em 1584 para sessenta e seis. A cada engenho construído uma conquista realizada. Os portugueses conseguiram alcançar suas metas e transformou o Brasil em uma colônia altamente produtiva. (Andrade, 2005).

Esse sucesso dos portugueses despertou o interesse dos holandeses pelas terras produtivas de Pernambuco. Durante o período da colonização os holandeses não prejudicaram no crescimento da colônia, pelo contrário, segundo o autor, eles auxiliaram os portugueses no desenvolvimento produtivo da mesma. Mas tudo isso com o objetivo de tomar posse da colônia e da sua produção. (Furtado, 1995).

“Os portugueses defrontaram-se com uma terra desconhecida, inculta e habitada por indígenas que se achavam em plena idade da pedra, e que, para proporcionar lucros, tinha de ser conquistada aos selvagens e transformada em função de um mercado externo que começava a tornar-se sequioso de produtos tropicais. Produtos que por isto atravessavam uma fase de constante e ascendente valorização. Os holandeses aqui chegaram conhecendo a terra e as possibilidades de lucro que dela podiam retirar, conhecendo as grandes possibilidades de colocação do açúcar no mercado europeu. Daí acharam os historiadores modernos que foi o comércio de

açúcar e os lucros que ele poderia oferecer, a causa principal da escolha de Pernambuco para início da conquista holandesa no Brasil.” (Andrade, 2005, p.73).

Os holandeses em nenhum momento desejaram o fim dessa produção agrária, o principal objetivo deles era dominar essas terras produtivas e a riqueza que ela concebia. Em 1630, quando em Pernambuco já existiam cento e quarenta e quatro engenhos, os holandeses atacaram a Coroa portuguesa afim de tomar posse da colônia. (Andrade, 2005).

Foram anos de lutas e guerras, só depois de aproximadamente cinco anos os holandeses derrotaram os portugueses e ocuparam as terras nordestinas. Apesar da conquista holandesa eles adquiriram alguns prejuízos. Por causa das guerras muitos engenhos, casas-grandes, senzalas e até maquinas dos engenhos foram destruídos. Foi preciso reconstruir tudo que foi destruído e reestruturar a produção agrária. (Andrade, 2005).

“No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes.” (Prado Júnior, 1976, p.31).

4 ESTUDO DA ECONOMIA LOCAL

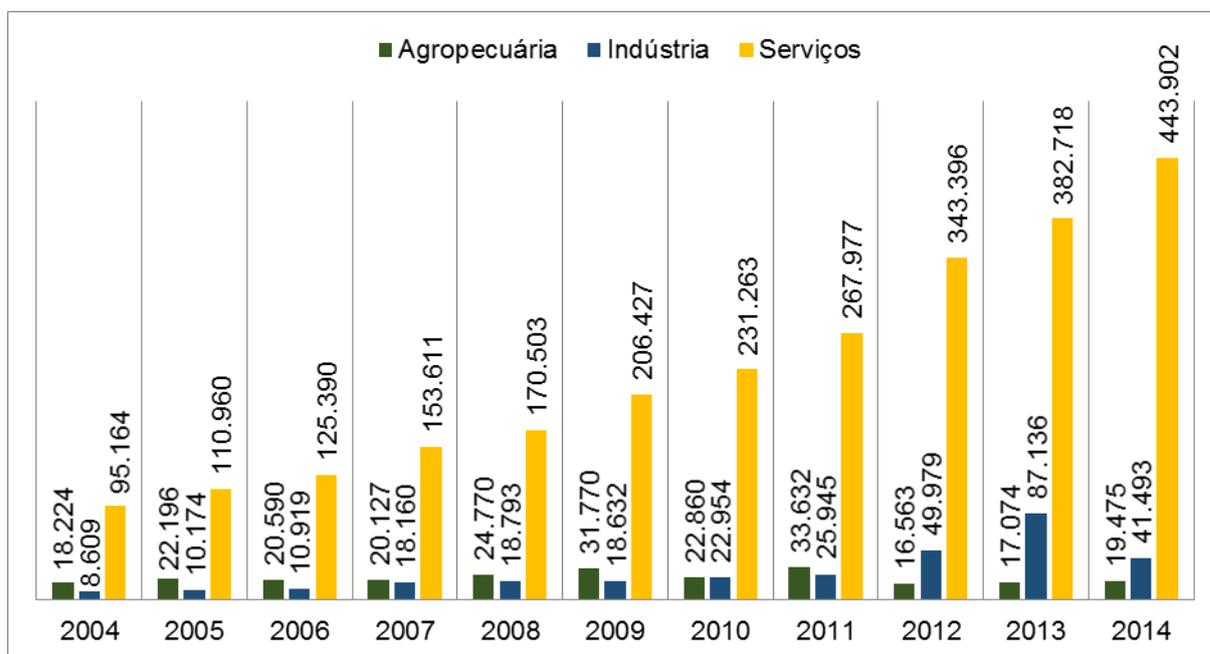
O estudo da economia local envolve a análise da produção, da distribuição e do consumo de bens e serviços do município. Através do comportamento desses fatores pode-se verificar o desenvolvimento econômico da localidade. (Gomes, 2012).

O PIB (Produto Interno Bruto) é um dos indicadores utilizados para o estudo da economia local, pois, ele demonstra a soma de todos os bens e serviços finais gerados em uma dada região. Ele indica em qual direção está seguindo a economia do país, do estado ou do município. O PIB é dividido em três setores: agropecuária, indústria e serviços. (Gomes, 2012).

- O setor agropecuário envolve toda atividade produzida na agricultura (cultivo de plantas e hortaliças) e na pecuária (criação de animais). Ela faz parte do campo primário da economia, e é considerada a primeira atividade econômica desenvolvida no país.
- O setor industrial inclui todo conjunto de atividade que transforma a matéria prima em bens de produção e consumo. Ele faz parte do campo secundário da economia.
- O setor de serviços engloba todas as ações e atuações de atividades ou benefícios que sejam intangíveis, ofertados ao cliente e que não ocasionem em posse de coisa alguma. A atividade desse setor pode ou não estar relacionada a um produto físico.

Como na maioria dos municípios brasileiros, a economia local é em grande parte movida pelo setor terciário. Segundo o gráfico abaixo, entre os três setores da economia (agropecuária, indústria e serviços), o setor de serviços é o que possui mais participações no PIB de Palmares. Ao longo dos anos selecionados a presença desse setor no PIB municipal foi cada vez maior.

Gráfico 1: Participação da agropecuária, da indústria e dos serviços no PIB de Palmares-PE, 2004 – 2014 (mil reais)



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), elaboração própria.

Apesar do grande percentual de participação do setor de serviços na economia local a agropecuária possui notáveis destaques no PIB de Palmares. Pode-se observar que, durante os onze anos selecionados, em sete deles a taxa de colaboração da agropecuária foi superior à da indústria.

Como já visto, o setor agropecuário envolve toda produção pecuária e agrícola da localidade selecionada. Em Palmares, segundo o IBGE, esses subsetores compreendem vários tipos de produtos e rebanhos. As tabelas abaixo apresentarão as produções e criações dos subsetores mencionados.

A tabela 1 informa todos os tipos de rebanho e produtos envolvidos na pecuária da cidade. Apesar de o ambiente palmarenses ser propício para as produções e criações da pecuária, é destacável a variedade da criação de gado de Palmares.

Tabela 1: Tipos de produtos e rebanhos da pecuária palmarense

TIPOS DE REBANHOS	PRODUTOS
Bovinos	Leite de vaca
Suínos	Ovos de galinha
Equinos	Ovos de codorna
Asininos	Mel de Abelha
Muare	
Bubalinos	
Ovinos	
Galinhas	
Galos, frangas, frangos e pintos	
Codornas	
Caprinos	
Vacas ordenhadas	

Fonte: IBGE, elaboração própria.

A tabela 2 aborda todos os produtos da agricultura palmarense. Assim como a criação de gado, a produção nesse subsetor possui grande variedade de produtos. Eles são classificados como lavouras temporárias ou permanentes.

As lavouras temporárias são aquelas que possuem um ciclo de vida, quando geram os frutos morrem e precisam ser replantadas para crescerem e reproduzirem novamente. Já as lavouras permanentes são aquelas que mesmo depois de gerar seus produtos elas não morrem e continuam produzindo.

Tabela 2: Tipos de produtos da agricultura palmarense

LAVOURAS TEMPORÁRIAS	LAVOURAS PERMANENTES
Abacaxi	Banana
Batata-doce	Coco-da-baía
Cana-de-açúcar	Laranja
Feijão	Limão
Mandioca	Maracujá
Milho	

Fonte: IBGE, elaboração própria.

Ao longo dos anos selecionados, os produtos foram os responsáveis pela maioria da participação do setor agropecuário no PIB palmarense. A tabela abaixo exhibe o valor dos produtos do setor agropecuário que são produzidos em Palmares.

Na tabela 3, é possível observar que entre os produtos palmarense a cana-de-açúcar foi a mercadoria que mais colaborou na receita agropecuária. É admirável o quanto o valor desse produto contribuiu nesse setor.

Tabela 3: Valor da produção de Palmares-PE (2004 - 2014)

	Ano										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
LAVOURA TEMPORÁRIA											
Abacaxi	600	115	115	90	90	80	80	0	0	0	0
Batata-doce	0	0	0	0	0	0	14	48	46	104	60
Cana-de-açúcar	13.650	17.415	15.390	17.177	21.611	28.600	22.664	32.933	16.632	12.257	13.797
Feijão	0	0	0	0	0	0	1	2	3	0	0
Mandioca	2.244	1.620	1.071	750	1.125	1.148	1.147	35	128	115	100
Milho	0	0	0	0	0	0	7	13	0	0	0
LAVOURA PERMANENTE											
Banana	1.323	1.323	1.323	1.080	1.100	1.320	0	1.600	993	2.528	2.934
Coco	16	16	16	16	16	28	0	0	0	0	0
Laranja	0	0	0	0	0	0	0	15	20	12	11
Limão	0	0	0	0	0	0	0	6	20	16	14
Maracujá	35	105	105	84	84	84	5	68	69	0	75
ORIGEM ANIMAL											
Leite de vaca	980	1.035	1.707	1.691	1.601	2.402	329	600	576	480	784
Ovos de galinha	7	7	9	8	215	150	32	38	37	38	32
Ovos de codorna	19	15	22	24	0	0	0	0	0	0	0
Mel	10	7	8	9	10	12	4	3	4	3	0

Fonte: IBGE, elaboração própria.

Entre 2004 e 2014 a média de área plantada da cana-de-açúcar foi em torno de 8.454 hectares, isso equivale a quase $\frac{1}{4}$ da atual área territorial palmareense calcula pelo IBGE em 2015, sendo a mesma de 339,292 km². (IBGE, 2015).

A extensa área plantada no município é decorrente da existência de uma usina açucareira na cidade, primeiramente conhecida como Usina Treze de Maio, posteriormente Usina Vitória, e hoje chamada Usina Nortesusul.

O município de Palmares possuía duas Usinas ativas, a Serro Azul e a Treze de Maio, durante anos elas foram as responsáveis pela produção de açúcar da cidade.

A Usina Serro Azul, atualmente inativa e abandonada, foi constituída no século XIX por um coronel chamado José Piauhylino Gomes de Melo Filho. Ela era localizada no engenho Camevou, o qual era situado no município palmareense. Além desse engenho onde se localizava a usina, a mesma dominava mais 21 engenhos da redondeza. (Moura, 1998).

Depois da morte do coronel a administração da usina ficou sob a responsabilidade de seus filhos, mas eles não obtiveram êxito no comando da indústria açucareira. Com aversão a falência os herdeiros do coronel requisitaram ajuda ao IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), o qual, através de vários funcionários intercedeu no comando administrativo. (Moura, 1998).

O IAA administrou a usina Serro Azul até 1973 quando a mesma foi vendida para Fernando Antônio Torres Rodrigues, que mesmo com os progressos conquistados pelo IAA preferiu destruir as matas virgens e alugar os engenhos. Anos depois a economia passou por uma crise e o então proprietário Fernando Torres conquistou a expropriação da usina e dos engenhos, ficando a mesma sob os cuidados de uma cooperativa chamada Tiriri. (Moura, 1998).

Atualmente a Usina Serro Azul está desativada, o engenho no qual a mesma está localizada hoje é um distrito de Palmares e é chamado de Serro Azul, acredita-se que foi dado esse nome ao distrito em homenagem a usina. (Enciclopédia dos municípios brasileiros, 1958).

A outra usina, a Treze de Maio, do mesmo modo que a Usina Serro Azul, foi constituída no século XIX. Ela também passou por problemas administrativos e veio até a falir, mas diferente da Usina Serro Azul, quando a mesma entrou em colapso

cotas da usina foram repassadas para os trabalhadores como forma de pagamento de seus diretos trabalhistas. (Andrade, 2000).

A Usina Treze de Maio faliu em 1993, em 2000 os trabalhadores arrendaram a usina para um empresário do município que mudou o nome da mesma para Usina Vitória. Durante anos essa usina produziu açúcar e mel. (Andrade, 2000).

Por motivos desconhecidos a Usina Vitória parou de funcionar e o grupo Nortesus arrendou e assumiu a administração da usina. A mesma continua ativa e funciona em um bairro da cidade, chamado Cohab 1 (antigo engenho Bom Destino), mesmo local onde funcionava a antiga Treze de Maio. (Andrade, 2000).

Nortesus é um grupo empresarial paranaense, ele surgiu em 1976. Inicialmente suas atividades econômicas eram direcionadas apenas para a construção civil, quando em 1990 surgiram planos para a adição de novas práticas econômicas. (Gruptonortesus, 2017).

Apenas em 2009 o grupo Nortesus agregou mais atividades na sua grade econômica, passando então a exercer além do ramo de construção civil outras atividades. A Nortesus incorporou em suas atividades os setores alimentício, energético, ambiental, sucroalcooleiro, agropecuário, de táxi aéreo e locação de veículos. (Gruptonortesus, 2017).

O grupo Nortesus que se chamava Construtora Nortesus Ltda., depois dessas mudanças passou a se chamar Nortesus Construções e Agroflorestal Ltda. (Gruptonortesus, 2017).

Apesar das mudanças feitas pelo grupo Nortesus, ele continuou trabalhando com a mesma estrutura das usinas anteriores. A colheita da cana-de-açúcar para a moagem é feita diretamente por trabalhadores, também conhecidos como boias-frias.

5 BOIAS-FRIAS

Os boias-frias são trabalhadores rurais responsáveis pela colheita da cana-de-açúcar, são conhecidos por boias-frias porque levam todos os dias sua comida para a lavoura e se alimentam durante o dia de trabalho. Eles também são chamados de trabalhadores rurais, trabalhadores safristas, cortadores de cana, entre outros. (Risk, 2010).

Eles fornecem o serviço através de contratos temporários. Os contratos de trabalho são feitos pelos donos das plantações, geralmente duram enquanto existir colheita da cana-de-açúcar. (Risk, 2010).

A trajetória de trabalho dos cortadores de cana se assemelha a dos nômades, pois, trabalham nos canaviais apenas enquanto houver safra, logo em seguida procuram outros canaviais que estejam na safra para reiniciar suas atividades. Na maioria das vezes precisam mudar de cidade ou até mesmo de estado à procura de novos serviços.

O dia de trabalho deles começa geralmente de madrugada, precisam chegar cedo aos canaviais para colher o máximo possível de cana. Alguns trabalhadores ficam alojados bem próximos aos canaviais, e em poucos minutos conseguem chegar até o local de trabalho. Outros moram mais distantes e necessitam de transportes para se deslocarem até os canaviais. (Macedo, 2008).

Antes de se locomoverem para o local da colheita da cana-de-açúcar eles organizam os materiais que vão utilizar e as roupas que vestirão para se protegerem do clima (principalmente no verão) e da sujeira dos canaviais. (Risk, 2010).

“Improviso é a palavra de ordem quando se trata desse assunto, os equipamentos de proteção individual (E.P.I), que deveriam ser obrigatoriamente fornecidos (Normas Regulamentadoras Rurais nº4) quando não providos pelos empregadores em formatos limitados e de má qualidade são de responsabilidade dos próprios cortadores (o que geralmente acontece); chapéu, boné, lenço para o rosto e para a cabeça, roupa sobreposta, calça comprida, gorro, jaleco de manga comprida, saia sobreposta a calça comprida, luvas improvisadas com meias, tudo vale para sobreviver ao trabalho que estar por vir.” (Macedo, 2008, p. 12).

É muito difícil os donos das plantações se preocuparem com as condições de trabalho ou com a saúde dos trabalhadores rurais, o principal objetivo deles, nesse caso, é conseguir trabalhadores com baixo custo de produção e que aceitem poucas condições de trabalho. (Barros, 2015).

Os boias-frias passam a maior parte do dia nos canaviais, trabalhando sob sol e chuva, entre a poeira das canas queimadas e a sujeira do local, arriscados a contrair várias doenças. Sobre essa situação Macedo (2008) cita algumas das doenças que podem ser adquiridas nesse ambiente:

“Dermatites, conjuntivites, desidratação, câimbras, dispneia, infecções respiratórias, oscilações de pressão arterial, ferimentos (de trabalho e trajeto), úlceras, hipertensão, dores na coluna vertebral, torácicas, lombares, de cabeça, stress e alcoolismo são algumas das consequências desse trabalho.” (Macedo, 2008, p. 13).

Assim como qualquer trabalhador rural, os boias-frias (trabalhadores safristas) também possuem direitos trabalhistas. Segundo a SITESE DESIGN E COMUNICAÇÃO e de acordo com a Lei nº 5.889/73 e o Decreto nº 73.626/79:

“A legislação estabelece que contrato por safra é aquele cuja duração depende de variações estacionais das atividades agrárias, sendo as tarefas normalmente executadas no período entre o preparo do solo para o cultivo e a colheita.

O contrato por safra é firmado por prazo determinado, uma vez que a sua natureza e transitoriedade justificam a predeterminação do prazo como determina o art. 443, § 2º, letra "a", da CLT.

1. Safrista - Caracterização

O art. 19 do Decreto nº 73.626/79 dispõe que o safrista também conhecido como safreiro é todo trabalhador que se obriga à prestação de serviços mediante contrato por safra.

O safrista tem garantido os seus direitos trabalhistas, a saber: férias, adicional de 1/3 de férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, FGTS, salário família; recolhimento do INSS; inscrição no PIS (caso não a possua).

Lembrando que a rescisão antecipada do contrato de safra obedece às mesmas regras das rescisões do contrato de trabalho por prazo determinado.

2. Contratação - Duração

Como a legislação estabelece que a duração do contrato de safra depende de variações estacionais das atividades agrárias, não é necessário que se determine entre as partes as datas de início e término do referido contrato, sendo suficiente que se mencione o produto agrícola e o ano em questão.

Com base nesse comentário, podemos dizer como exemplo que basta colocar no contrato "safra da laranja/2005".

Observando ainda que a safra compreende muitas vezes o plantio imediato à colheita, como exemplo o esparrame em terreiro da cultura de café, não se resumindo apenas à colheita. Foi nesse sentido que o legislador ao dispor que se entende por variações estacionais das atividades agrárias as tarefas normalmente executadas no período compreendido entre o preparo do solo para o cultivo e a colheita.

3. Indenização do Tempo de Serviço - Término do Contrato

O art.14 da Lei nº 5.889/73 determina que expirado normalmente o contrato de safra, o empregador pagará ao safreiro, a título de indenização do tempo de serviço, a importância correspondente a 1/12 avos do salário mensal por mês de serviço ou fração superior a 14 dias.

Conforme prevê o art. 479 da CLT se rescindido o contrato antes do término da safra, fará jus o safreiro ao pagamento da indenização que corresponde a metade da remuneração a que teria direito até o termo do contrato e a multa indenizatória de 40% sobre o saldo do FGTS.

4. Contratos de Trabalho com Período de Vigência Prefixado

Baseando-se nos art. 443, caput § 1o, 445, 451, 452 e 481 da CLT, traçamos os seguintes comentários:

Os contratos que possuem período de vigência prefixado, cujo término foi determinado quando de sua celebração, somente é permitida nas seguintes hipóteses.

I - Serviços cuja natureza ou transitoriedade justifique a pré-determinação de prazo.

O legislador estabelece como serviços de breve duração, ainda que seja a atividade empresarial permanente, como, por exemplo, serviços de auditoria fiscal em uma empresa rural de produção de algodão. Nesta hipótese, a atividade empresarial é permanente, mas o serviço de auditoria tem breve duração, podendo, portanto, os auditores serem contratados por prazo determinado, visto ser o serviço transitório, cuja natureza justifica a predeterminação de prazo;

II - Atividades empresariais de caráter transitório.

Nesse caso, o legislador faz referência a atividades que possuem sua duração determinada, sem que sejam permanentes, como acontece com empresas que são constituídas somente ao final de cada ano, para

fabricação de enfeites natalinos. Para essas atividades empresariais, todos os empregados podem ser contratados por prazo determinado, dada a transitoriedade existente.

III - Contrato de experiência.

Quando da opção por essa modalidade, e de conformidade com as hipóteses anteriormente mencionadas, deverá o empregador anotar na CTPS do trabalhador, na parte destinada a "Anotações Gerais", a existência do prazo determinado e o período ajustado.

O prazo máximo de duração dos contratos por prazo determinado não poderá ultrapassar um período de 2 anos, sendo permitida uma única prorrogação dentro desse período. Havendo mais de uma prorrogação ou ultrapassando-se o prazo estabelecido, passará o contrato a vigorar por tempo indeterminado.

Lembrando ainda, que, para que seja celebrado um novo contrato por prazo determinado com o mesmo empregado, é necessário respeitar um intervalo de, no mínimo, 6 meses, sob pena de o referido contrato transformar-se em prazo indeterminado.”

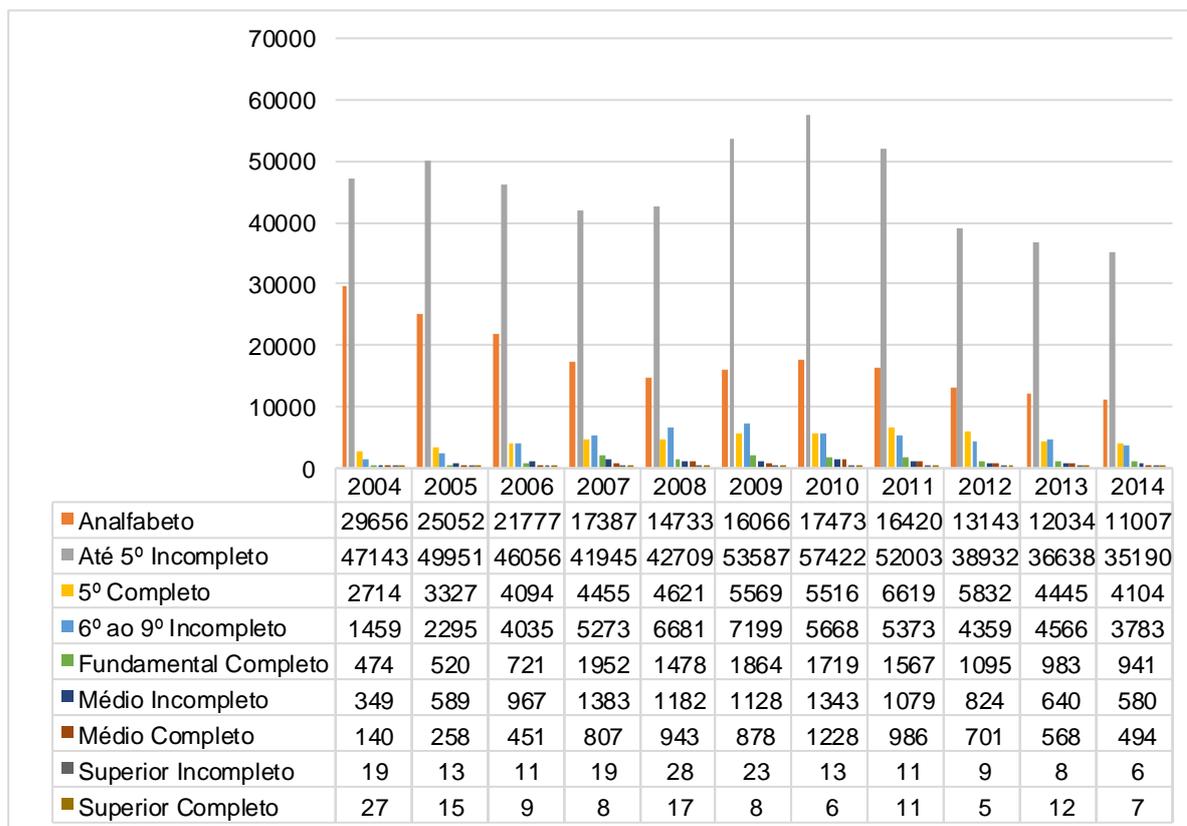
De acordo com as informações mostradas anteriormente os direitos trabalhistas dos trabalhadores safristas são válidos apenas no período que eles estão nos canaviais trabalhando, ou seja, no período da safra.

No período da entressafra esse grupo de trabalhadores precisa procurar outros canaviais ou outras atividades para fornecer seus serviços, algo que seja alguma fonte de renda para sustentar sua família.

O serviço feito por eles causa desgaste físico e o local de trabalho facilita o desenvolvimento de várias doenças, as quais algumas foram citadas anteriormente. Apesar dos perigos à saúde que o trabalho no canavial provoca a quantidade de trabalhadores nesse setor é alta.

O Gráfico 2 mostra o grau de instrução dos trabalhadores da cultura de cana-de-açúcar de Pernambuco, entre 2004 e 2014. Segundo ele, ao longo dos anos selecionados, mais da metade dos trabalhadores desse setor tem até o 5º ano incompleto, ou seja, não possuem sequer o nível fundamental completo. Em segundo lugar estão os trabalhadores analfabetos, são aqueles que não possuem nenhum nível de escolaridade.

Gráfico 2: Grau de instrução dos trabalhadores da cultura da cana-de-açúcar de Pernambuco (2004 - 2014)

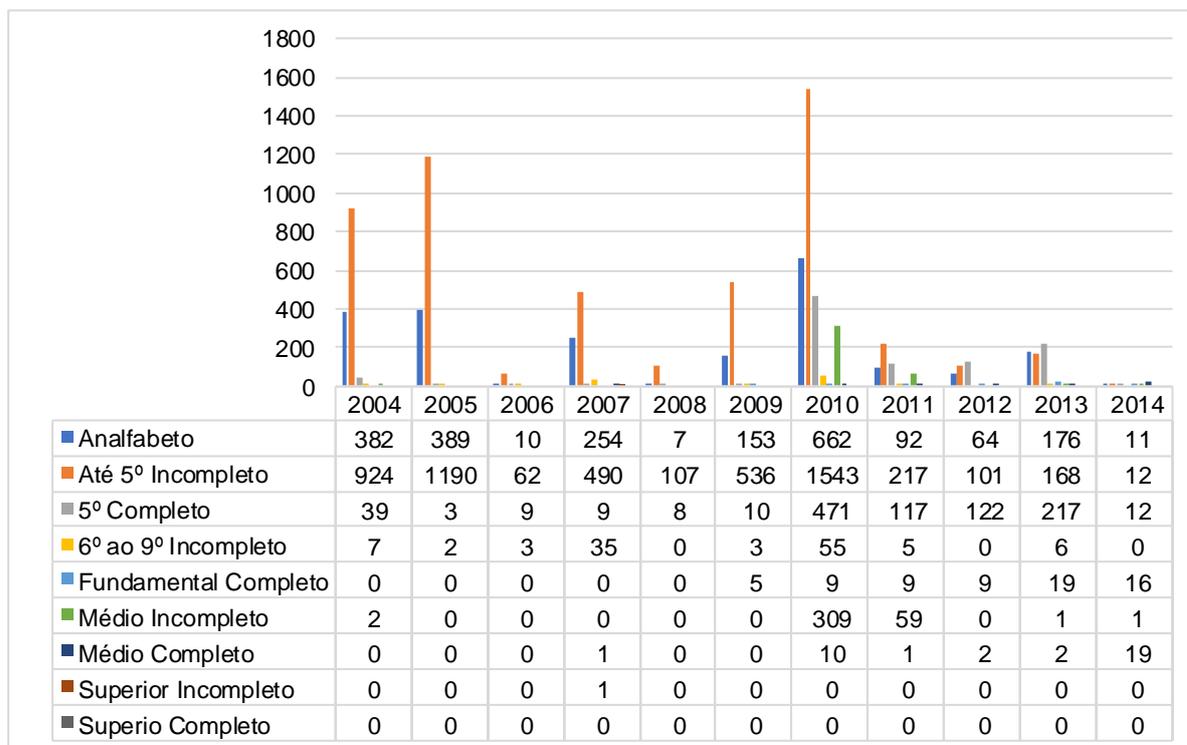


Fonte: CAGED, elaboração própria.

O gráfico 3 também mostra o grau de instrução dos trabalhadores da cultura da cana-de-açúcar, entre 2004 e 2014, do município de Palmares-PE. Assim como no gráfico anterior a maioria dos trabalhadores desse setor, em Palmares, entre o período selecionado, possuem até o 5º ano incompleto. Em segundo lugar novamente estão os trabalhadores analfabetos.

É evidente a multidão de trabalhadores rurais que dificilmente sabem ler e/ou ao menos escrever seu próprio nome.

Gráfico 3: Grau de instrução dos trabalhadores da cultura da cana-de-açúcar de Palmares-PE (2004 - 2014)



Fonte: CAGED, elaboração própria.

Encontram-se trabalhadores com outros níveis de escolaridade nos locais selecionados, como mostra os gráficos acima, existe até pessoas com nível superior completo trabalhando nos canaviais pernambucanos.

A dificuldade das pessoas de conseguir algo melhor que o trabalho nos canaviais, mesmo possuindo nível de escolaridade adequado para outras funções, faz com que elas se submetam a trabalhar no corte da cana-de-açúcar, pois, assim como maioria dos trabalhadores desse setor, possuem uma família para sustentar.

Pensando nessa dificuldade e no aumento do desemprego no período da entressafra da cana-de-açúcar o governo do Estado de Pernambuco criou o Programa chapéu de Palha.

5.1 Programa Chapéu de Palha

Esse programa foi elaborado com a finalidade de auxiliar financeiramente os trabalhadores da cana-de-açúcar, da fruticultura irrigada e da pesca artesanal, nos

períodos de entressafra e/ou más condições de pesca, quando esses trabalhadores sofrem com o desemprego. (Caixa Econômica, Chapéu de Palha, [20-?]).

No caso dos trabalhadores do corte de cana-de-açúcar, no período da entressafra alguns conseguem outros canaviais que estejam na safra para voltar as suas atividades, mas outros não. Os que ficam desempregados, nesse período, são beneficiados pelo programa Chapéu de Palha.

Esse programa foi criado por Miguel Arraes, em 1988, quando o mesmo era Governador do Estado de Pernambuco. Ele ficou preocupado com a situação dos trabalhadores da cana-de-açúcar e de seus familiares, pois, nos ciclos de entressafra essas pessoas vivenciavam dificuldades financeiras. (SEAPLAG–Secretaria de Planejamento - PE, [20-?]).

Com o objetivo de ajudar essas pessoas Miguel Arraes criou o Programa Chapéu de Palha, o qual funcionava da seguinte maneira: Nos períodos de entressafra, quando muitos canavieiros ficavam desempregados, o Governo do Estado de Pernambuco ajudava financeiramente essa parcela de trabalhadores, mas em troca eles ofereciam seus serviços para o Governo. (Governo do Estado de Pernambuco, [20-?]).

De acordo com a Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco, o programa Chapéu de Palha ficou inativo durante seis anos (2000-2006), período do governo de Jarbas Vasconcelos. A partir de 2007, com Eduardo Campos no governo o programa voltou a existir, mas com algumas modificações. O auxílio financeiro passou a ser pago junto com o bolsa família, foi transformado em lei, Lei Estadual nº 13.244/2007, que passou por algumas alterações ao longo dos anos, sua última alteração até o momento foi em junho/2017 (Lei Ordinária nº 16 057/2017).

O principal objetivo dessa Lei é custear os trabalhadores rurais durante o período de entressafra, muitos ficam desempregados esse período e o Governo do Estado de Pernambuco proporciona essa ajuda. Mas para receber esse benefício o trabalhador rural, na temporada de entressafra, precisa participar de cursos profissionalizantes, educacionais, ou algum tipo de atividade que qualifique o trabalhador e proporcione para ele maiores chances de se recolocar no mercado de trabalho. (Belchior, 2014).

Em 2007, quando o programa retornou, Eduardo Campos associou o projeto à Secretaria da Mulher-PE, com isso, toda mulher que trabalhava no canavial e no

período de entressafra enfrentava o desemprego poderia participar do Programa Chapéu de Palha Mulher. (Governo de PE, 2016).

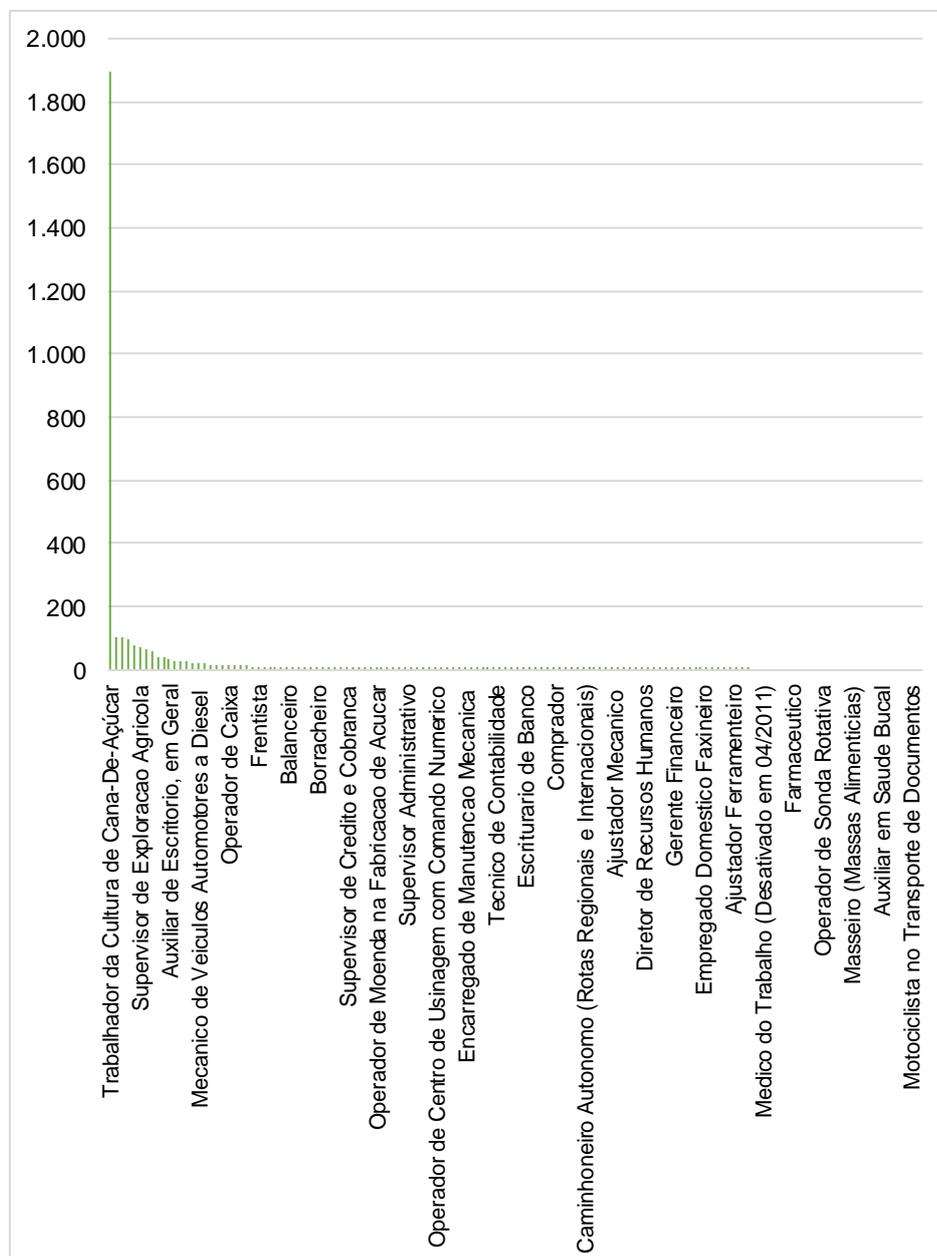
O Programa Chapéu de Palha e o Programa Chapéu de Palha Mulher são o mesmo, a única diferença é que quando o homem é o responsável familiar e trabalha no canavial o programa é chamado Chapéu de Palha, quando é a mulher a responsável familiar que trabalha no canavial o programa é chamado Chapéu de Palha Mulher. O valor repassado para os trabalhadores em ambos os casos é de até R\$ 232 reais. (Globo Nordeste, 2012).

Em 2012 o Programa Chapéu de Palha Mulher-PE recebeu um prêmio da ONU (Organização das Nações Unidas). O projeto, segundo o relatório da ONU, é uma excelente ação social que inclui a mulher no mercado de trabalho através de curso profissionalizante, educacional, entre outras atividades. Também auxilia a mesma, por meio de palestras e assistências, a compreensão de seus direitos na sociedade. (Globo Nordeste, 2012).

Em 2007, quando o programa voltou a existir, ele inicialmente beneficiava apenas os trabalhadores do corte da cana-de-açúcar, em 2009 os trabalhadores da fruticultura irrigada começaram a ser privilegiados pelo projeto e a partir de 2012 os trabalhadores da pesca artesanal entraram nesse grupo. Nos anos que os trabalhadores da fruticultura irrigada e da pesca artesanal foram contemplados com o programa as mulheres que trabalham nesses setores também foram beneficiadas com o Programa Chapéu de Palha Mulher. (SEAPLAG – PE, [20-?]).

Segundo o gráfico 4, em Palmares-PE, entre os anos de 2007 e 2014, o grupo dos trabalhadores da cultura da cana-de-açúcar foi o que mais apresentou desligamentos, ao todo foram 1898 pessoas demitidas nesse setor, em segundo lugar estão os vendedores do comércio varejista, com o total de 100 desligamentos.

Gráfico 4: Total de desligamento dos trabalhadores, por grupo ocupacional, entre 2007 e 2014 no município de Palmares-PE



Fonte: CAGED, elaboração própria.

A tabela 4 abaixo mostra a quantidade de beneficiários do Programa em todo território pernambucano, entre os anos de 2007 e 2014. É possível observar que durante esse período a quantidade maior de favorecidos foi no grupo dos cortadores de cana, 261.561 no total.

Tabela 4: Beneficiários do Programa Chapéu de Palha em Pernambuco (2007 - 2014)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CANA	18.386	20.402	28.002	39.337	36.482	28.664	30.142	30.131
FRUTA	X	X	8.169	13.518	15.760	18.710	13.590	11.964
PESCA	X	X	X	X	X	7.029	8.029	9.601
TOTAL	18.386	20.402	36.171	52.855	52.242	54.403	51.761	51.696

Fonte: SEAPLAG – PE, elaboração própria.

6 CONCLUSÕES

Desde o período colonial o território onde hoje está localizado o estado de Pernambuco é alvo do cultivo da cana. Durante esse período foram instalados vários engenhos para transformar a cana-de-açúcar em seu produto final, o açúcar. Apesar das décadas que separam o período colonial e o atual século XXI, a prática do cultivo da cana permanece ativa.

A Zona da Mata pernambucana é uma das regiões com o melhor solo para a cultura da cana, o clima e ambiente são favoráveis para essa atividade. Diversas usinas de açúcar estão localizadas em cidades dessa região.

Uma dessas cidades, Palmares-PE, a qual foi estudada anteriormente, dispõe de duas usinas, uma delas, a Usina Serro Azul, assim como outras usinas da região, está desativada. Acredita-se que estão inativas por falta de capital financeiro. As usinas que estão ativas contribuem para a economia local, pois, fornecem empregos e aumentam a renda dos trabalhadores da região.

Este trabalho apresentou a importância do setor agropecuário e a situação dos trabalhadores safristas das usinas de açúcar, os quais, apesar das dificuldades e riscos à saúde que enfrentam nos canaviais, se submetem a trabalhar nessas condições porque não conseguem um emprego mais digno e possuem, na maioria das vezes, uma família para manter.

Segundo as informações pesquisadas, os trabalhadores safristas são acobertados pelas leis trabalhistas, mas apenas no período que estão trabalhando nos canaviais, ou seja, no período da safra. Na entressafra, esses trabalhadores são desligados dos seus trabalhos, ficando então desempregados, com poucas perspectivas de novos empregos e praticamente sem condições financeiras para cuidar da família.

Com o objetivo de suavizar essa situação, o Governo do Estado de Pernambuco criou o Programa Chapéu de Palha, o qual, na entressafra da cana-de-açúcar auxilia financeiramente os trabalhadores que nesse período ficam desempregados. Para receber esse auxílio os participantes desse projeto devem participar de cursos educacionais ou profissionalizantes.

É excelente a iniciativa desenvolvida pelo governo do estado, a qualificação educacional e/ou profissional é um caminho importante para aumentar as chances

do indivíduo no mercado de trabalho. Além disso, o conhecimento contribui para que o cidadão compreenda qual sua função na sociedade, exercendo seus deveres e cobrando seus direitos.

Por fim, é necessária a existência de políticas públicas e sociais que auxiliem as famílias mais necessitadas, pois, elas precisam de apoio e reconhecimento na sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. **Usina Treze de Maio volta a moer e a gerar empregos**. Recife, 2000. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/_2000/1709/ec1709l.htm>. Acesso em: 20 maio 2017.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BARROS, E. A. **Relações de trabalho, condições de vida e percepções de lugar dos cortadores de cana-de-açúcar em Aroeiras-PB**. Campina Grande, 2015. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/10471/1/PDF%20-%20Edvaldo%20Ara%C3%BAjo%20Barros.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2017.

BDE-PE (Base de Dados do Estado de Pernambuco). **Produção da pecuária municipal**. Disponível em: <<http://www.bde.pe.gov.br/estruturacao geral/VisualizacaoNoticia.aspx?id=12>>. Acesso em: 07 maio 2017.

BELCHIOR, M. V. S. **Programa Chapéu de Palha: Uma estratégia de fortalecimento da saúde mental na atenção básica**. Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/167578/MAYAVE%20VIEIRA%20DE%20SOUZA%20BELCHIOR%20%20Psico%20%20TCC.pdf?sequencia=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05 out. 2017.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Chapéu de Palha: Um programa do Governo do Estado de Pernambuco**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/chapeu-de-palha/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 11 set. 2017.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. **Municípios do Estado de Pernambuco**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 18. p. 188-194. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_18.pdf>. Acesso em: 07 março 2017.

FIDEPE – Fundação de Informações para o desenvolvimento de Pernambuco. **História do município de Palmares**. Pernambuco: Recife, 1981.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 25ª edição. São Paulo: Nacional, 1995. 248 p.

GLOBO NORDESTE. **ONU premia programa Chapéu de Palha Mulher, do governo de PE**, 2012. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/06/onu-premia-programa-chapeu-de-palha-mulher-do-governo-de-pe.html>>. Acesso em: 19 out. 2017.

GOMES, O. **Macroeconomia: Noções Básicas**, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/1186/1/MacroIntroCap.pdf> >. Acesso em: 05 maio 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Miguel Arraes de Alencar**. Disponível em:

<<http://www.pe.gov.br/governo/galeria-de-governadores/miguel-arraes-de-alencar/>>. Acesso em: 03 out. 2017.

GRUPONORTESUL. **Grupo Nortesus história**, 2010. Disponível em: <<http://norteesul.com/home.htm> >. Acesso em: 07 maio 2017.

MACEDO, P. A. R. **Cortadores de cana: O lado amargo da produção canavieira**, 2008. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/PDFs_rret2/Artigo6_2.pdf>. Acesso em: 5 set. 2017.

MELO, P. Boias-frias: **O que são, modo de vida e condições de trabalho**, 2017. Disponível em: < <https://www.estudokids.com.br/boias-frias-o-que-sao-modo-de-vida-e-condicoes-de-trabalho/>>. Acesso em: 02 set. 2017.

MOURA, S. R. **Senhores de engenhos e usineiros, a nobreza de Pernambuco**. FIAM, CEHM, SINDAÇÚCAR. 1998. Coleção Tempo Municipal. vol 17;

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 14. ed. -. São Paulo: Brasiliense, 1976. 390p.

SEAPLAG. **Programa Chapéu de Palha**, [20-?]. Disponível em: <<http://www.seplag.pe.gov.br/web/cp/chapeu-de-palha-apresentacao>>. Acesso em: 22 set. 2017.

SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). **Parte 2: Evolução da estrutura produtiva futura de Pernambuco**, [20-?]. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PE/Anexos/livro_cenarios_parte_2.pdf>. Acesso em: 07 maio 2017.

SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática). **Banco de dados agregados, 1974-2016**. Disponível em: <<http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?t=2&z=t&o=11&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1>>. Acesso em: 07 maio 2017.

SITese DESIGN E COMUNICAÇÃO. **Contrato por Safra - Aspectos Trabalhistas**. Disponível em: <http://www.sitesa.com.br/contabil/conteudo_trabalhista/procedimentos/p_trabalhista/c27.html>. Acesso em: 12 out. 2017.